



Conselho Nacional de Justiça

Autos: **PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS - 0007263-44.2022.2.00.0000**
Requerente: **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE JURISTAS PELA DEMOCRACIA - ABJD**
Requerido: **TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO - TRF 1**

DESPACHO

1- Cuida-se de pedido de providências interposto pela ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE JURISTAS PELA DEMOCRACIA em face do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), objetivando esclarecimentos e possíveis modificações no processo de provimento de vagas de promoção por merecimento daquele tribunal, com pedido liminar para suspensão da sessão designada para o dia 10/11/2022.

Aponta que a Lei nº. 14.253/2021 transformou cargos vagos de juiz federal substituto do quadro permanente da Justiça Federal em cargos de Desembargador dos Tribunais Regionais Federais, ocasionando, assim, a ampliação da Justiça Federal em 2º Grau. No âmbito do TRF da 1ª Região houve previsão da conversão de 19 (dezenove) cargos vagos de juiz federal substituto em 16 (dezesesseis) cargos de Desembargador do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Ato seguinte, o TRF da 1ª Região editou a Resolução Pres. nº. 26/2022, estipulando as Varas que cederiam cargos para o cumprimento da ampliação, designando, desde logo, sessão administrativa para a análise da lista de provimento das vagas de promoção por merecimento, em momento anterior à deliberação sobre a competência dos novos órgãos jurisdicionais. Afirma, portanto, que não é possível deliberar sobre vagas ainda inexistentes.

Ademais, sustenta que não houve definição pelo Conselho da Justiça Federal quanto à possibilidade de concorrência pelos candidatos vinculados ao TRF da 6ª Região, criado por desmembramento do TRF da 1ª Região, circunstância que impede igualmente a deliberação sobre as vagas na sessão designada, cuja suspensão ora pretendem.

É o relatório.

DECIDO.



Conselho Nacional de Justiça

2. Trata-se de pedido de providências, com pedido liminar, interposto pela Associação acima identificada em face do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, objetivando a suspensão da sessão designada para 10/11/2022, no que diz respeito à deliberação quanto à lista de candidatos às vagas de promoção por merecimento daquele tribunal.

Nos termos do que dispõe o art. 8º do Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça, notadamente em seus incisos I e XX, compete ao Corregedor Nacional de Justiça receber as reclamações e denúncias de qualquer interessado relativas aos tribunais, devendo promover, de ofício, quando for o caso de urgência e relevância, quaisquer medidas com vistas à eficácia e ao bom desempenho da atividade judiciária.

Efetivamente, com a entrada em vigor da Lei 14.253/2021, foram criados 13 cargos de desembargador federal no âmbito do TRF da 1ª Região, a partir da transformação de 19 cargos de juiz federal substituto, competindo, nos termos do art. 6º da Lei, aos Tribunais Regionais Federais, no âmbito de suas competências, prover os atos necessários à execução.

Por sua vez, a RESOLUÇÃO PRESI 26/2022 dispôs sobre os cargos vagos de juiz federal substituto transformados em cargos de desembargador federal, para ampliação do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, sem que tenha havido, contudo, regulamentação quanto à forma de provimento.

Por conseguinte, a Presidência do TRF da 1ª Região fez publicar o Edital de Promoção 007/2022, fazendo constar que:

FAZ SABER aos Juízes Federais integrantes da Primeira e da Sexta Regiões que:

I - Encontram-se vagos 13 (treze) cargos de desembargador federal neste Tribunal, criados pela Lei 14.253/2021, 7 a serem providos pelo critério de merecimento e 6 pelo critério de antiguidade;

II - Os interessados deverão se inscrever até o dia 23/9/2022, unicamente por meio do Sistema de Magistrados, no portal do Tribunal na internet;



Conselho Nacional de Justiça

III - Eventuais pedidos de desistência deverão ser apresentados, pelo mesmo Sistema de Magistrados, até o dia 30/9/2022. É vedada a desistência da desistência;

IV - Os documentos, inclusive os números do CPF e título de eleitor, a serem encaminhados pelos candidatos às vagas por merecimento e constantes do art. 28 d a Resolução Presi/Coger 18/2011 deverão ser inseridos em um PAe aberto pelo próprio interessado, até o dia 5/10/2022, e relacionado ao PAe 0041795-08.2022.4.01.8000;

V - Os candidatos às vagas por antiguidade deverão inserir, até o dia 5/10/2022, o curriculum vitae, contendo inclusive os números do CPF e título de eleitor, no PAe 0041795- 08.2022.4.01.8000.

V - Os prazos deste Edital encerrar-se-ão, impreterivelmente, às 19 horas do último dia (horário de Brasília).

Publique-se e registre-se.

Nesse passo, pela simples leitura do edital de promoção, infere-se que, nada obstante tratar-se de ato da Presidência do TRF da 1ª Região, o certame contempla a possibilidade de concorrência por juízes federais da 6ª Região, além dos magistrados da 1ª Região.

Como é de conhecimento geral, o TRF da 6ª Região foi criado pela Lei 14.226, de 20 de outubro de 2021, sendo seu processo de instalação ultimado há menos de três meses, havendo necessidade de deliberações da própria Corte e do Conselho de Justiça Federal quanto à transformação das unidades judiciárias então existentes, no que tange à competência e ao provimento dos cargos de juízes criados.

Essa gama de circunstâncias ainda se encontra aberta, sendo prematura a realização da promoção por merecimento na 1ª Região antes de sua definição.

Mas não é só.

Consta do art. 8º da Lei 14.226/2021 que compete ao Conselho da Justiça Federal a regulamentação dos critérios de merecimento para a promoção quando houver possibilidade de concorrência entre juízes de ambos os tribunais:

Art. 8º Os juízes federais e os juízes federais substitutos pertencentes à 1ª Região que tenham tomado posse até a data de publicação desta Lei ficarão vinculados a uma lista única de antiguidade e poderão concorrer, a qualquer tempo e por quantas vezes quiserem, à remoção ou à promoção para unidades vinculadas ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região ou ao



Conselho Nacional de Justiça

Tribunal Regional Federal da 6ª Região, ou à promoção para os referidos Tribunais.

Parágrafo único. O Conselho da Justiça Federal regulamentará a aferição do merecimento para a promoção nas hipóteses previstas no **caput** deste artigo.

Ainda que se prestigie a celeridade administrativa no sentido do provimento dos cargos vagos, não se pode descuidar da necessidade de regulamentação prévia dos inúmeros pontos pendentes, notadamente no que diz respeito às consequências para os Tribunais Regionais Federais da 1ª e da 6ª Regiões.

3. Ante o exposto, DEFIRO A LIMINAR para suspender o Edital de Promoção 007/2022, do TRF da 1ª Região, até ulterior deliberação quanto a higidez e adequação dos critérios adotados.

Solicitem-se informações das Presidências dos TRFs da 1ª e da 6ª Regiões e do Conselho da Justiça Federal, com prazo de 30 dias.

Intime-se. Comunique-se com urgência.

Brasília, data registrada no sistema.

Ministro Luis Felipe Salomão
Corregedor Nacional de Justiça